

MR36: Mineração e Povos Tradicionais: as ameaças representadas pelo proposto novo Código de Mineração e o futuro dos territórios

Coordenação: Stephen G. Baines (UnB)

Debatedor/a: Vânia Fialho (UPE)

Participantes: Luiz Eloy Terena (APIB), Ana Flávia Santos (UFMG), Stephen G. Baines (UnB)

Resumo:

Abordam-se as ameaças trazidas pela proposta reformulação do Código da Mineração (Decreto Lei 227/67), em trâmite no Congresso Nacional e apresentada na Câmara dos Deputados em 10/11/2021, para os direitos dos povos e comunidades tradicionais e seus territórios e, de forma geral, o meio ambiente. A proposta insere-se na pretensa flexibilização das leis para facilitar e acelerar a exploração predatória dos territórios dos povos tradicionais por grandes mineradoras, ao subordinar seus direitos constitucionais e sobrepor interesses empresariais ao direito fundamental ao meio ambiente. A partir da redução do papel regulador do Estado, transferem-se as decisões e a própria administração desses territórios às empresas privadas, e ameaça-se também a Política Nacional de Segurança de Barragens, além de mudar radicalmente as diretrizes da mineração em favor de uma nova forma de mega-exploração minerária por meio de alta tecnologia, disfarçada como mineração sustentável, explicitada no I Seminário para o Desenvolvimento Sustentável da Mineração na Amazônia, em novembro de 2021, iniciativa da Suframa e da Organização Mineronegócio, que promove acordos diretos entre empresas e lideranças indígenas. Pretende-se apresentar casos que resultam de pesquisas realizadas junto a povos e comunidades tradicionais em diversas regiões do Brasil, para chamar atenção à situação crítica enfrentada diante da mineração e o novo código.

As estratégias das empresas mineradoras em territórios indígenas e o novo Código de Mineração

Autoria: Stephen G. Baines

Abordam-se as estratégias das empresas mineradoras em territórios indígenas desde uma perspectiva histórica. A partir do meu acompanhamento do território indígena Waimiri-Atroari, desmembrado por decreto presidencial em 1981 para favorecer a Mineração Taboca, que já havia invadido seus limites, a Taboca influenciou a própria Constituição Federal de 1988 para permitir mineração em Terras Indígenas (TIs). Desde então, a empresa vem aperfeiçoando suas estratégias para avançar sobre o que sobrou desta TI. Durante a ditadura as mineradoras invadiram TIs criando fatos consumados, As estratégias desta mineradora vêm mudando diante os novos interesses minerárias e a Constituição (1988). Não somente apoia, mas influencia a legislação que facilita seu avanço sobre TIs, entrando em acordos desmedidamente desiguais com lideranças indígenas, apresentado em discursos de suposta autodeterminação indígena. A proposta do novo Código da Mineração (Decreto Lei 227/67), em trâmite no Congresso Nacional, insere-se na pretensa flexibilização das leis para facilitar e acelerar a exploração predatória dos territórios dos povos tradicionais por grandes mineradoras, ao subordinar seus direitos constitucionais e sobrepor interesses empresariais ao direito fundamental ao meio ambiente. A partir da redução do papel regulador do Estado, transferem-se as decisões e a própria administração desses territórios às empresas privadas, além de mudar radicalmente as diretrizes da mineração para promover uma nova forma de mega-exploração por meio de alta tecnologia, disfarçada como mineração sustentável, explicitada no I Seminário para o Desenvolvimento Sustentável da Mineração na Amazônia, em novembro de 2021, visando promover acordos diretos entre empresas e lideranças

indígenas. O PL 571/2022 libera mineração em TIs.

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

